



Número: **0830682-29.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/06/2017**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSANGELA DA SILVA RUFFO (AUTOR)		GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM (ADVOGADO) ENÉAS FLÁVIO SOARES DE MORAIS SEGUNDO (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8442233	27/06/2017 10:50	Petição Inicial	Petição Inicial
8442582	27/06/2017 10:50	PROCURAÇÃO E DOCS PESSOAIS	Procuração
8442631	27/06/2017 10:50	LAUDOS	Documento de Comprovação
8442689	27/06/2017 10:50	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Informações Prestadas
10028738	03/10/2017 17:15	Despacho	Despacho
11273243	01/12/2017 10:13	Certidão	Certidão
11273375	01/12/2017 10:15	Expediente	Expediente
12444946	06/02/2018 14:54	Petição de juntada	Petição
12444973	06/02/2018 14:54	RESPOSTA SEGURADORA	Informações Prestadas
13785666	19/04/2018 18:07	Certidão	Certidão
20983741	07/05/2019 11:29	Despacho	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.**

ROSANGELA DA SILVA RUFFO, brasileira, solteira, do lar, portadora de CPF nº 011.038.194-70 e RG nº 2296844, podendo receber intimações na Rua São Vicente 148, Miramar, João Pessoa/PB, por meio de seus procuradores e advogados adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Av. João Machado 553, Sl.127, Centro, João Pessoa/PB vem, respeitosamente perante V. Ex.^a propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
EM VIRTUDE DE INVALIDEZ/DEBILIDADE PERMANENTE
(COMPLEMENTAR)**

em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.055.146/000 1-93, podendo ser citada no Parque Sólton de Lucena, 641, Centro, João Pessoa/PB o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor: _____

DA JUSTIÇA GRATUITA:

Inicialmente, requer o promovente sejam-lhe concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos exatos termos do art. 4º da Lei 1.060/1950, e 5º, LXXIV, da Constituição Federal, por não ter condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

É cediço que a simples afirmação, nos molde dos dispositivos retro citados, bem como reconhecidos na jurisprudência pátria dominante, é suficiente para o deferimento do pedido, conforme se pode observar na decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba, a seguir, litteris:

“Assistência judiciária – Afirmação de pobreza em requerimento da parte – Dispensa de outras provas.

Não é necessário, para a concessão do benefício da assistência judiciária, que a parte prove sua condição de necessitado. Basta, a simples afirmação de sua pobreza, até sua prova em contrário.

Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos benefícios da Defensoria Pública.” (TJ/PB – 2ª Câmara Cível – Apelação Cível nº 1996.004267-6. Rel. Des. Antônio Elias de Queiroga – Data do julgamento: 24/03/1997 – Publ. DJ: 03/04/1997).

Assim, pugna o promovente pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, de modo a ser dispensado, na hipótese de recurso, do pagamento das custas e demais despesas processuais, além de honorários advocatícios da sucumbência, na improvável hipótese de ver vencido na lide.

I- BREVE RESUMO DOS FATOS:



Em **16/10/2016**, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito quando transitava de carona em uma motocicleta HONDA/NXR 150 BROS 2011, PLACA QFD-0960/PB, na estrada que liga Natal – João Pessoa e, devido as péssimas condições da rodovia, o veículo perdeu o controle após cair em dois buracos, consoante ocorrência policial em anexo. Após o acidente, a autora foi socorrida e encaminhada para o Pronto Socorro Clóvis Sarinho, localizado no Rio Grande do Norte e, em seguida, transferida para o Ortotrauma de João Pessoa.

Pelo fato descrito acima, a autora sofreu escoriações que a deixaram com sequelas irreversíveis, **conforme consta dos laudos médicos em anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).**

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fortes medicamentos, a parte requerente teve comprovado FRATURA EXPOSTA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, GERANDO INCPACIDADE PARA ATIVIDADES HABITUAIS E DEFORMIDADE PERMANENTE PELA GRAVIDADE DO TRAUMATISMO SOFRIDO.

Com esta sequela, a autora não consegue realizar suas atividades cotidianas, sentindo ainda fortes dores no local da lesão em face das restrições nos movimentos.

Devido a sequela decorrente do acidente de trânsito, a promovente requereu junto a Seguradora Líder o recebimento da Indenização devida (SINISTRO 3170267946), no entanto, para sua surpresa, apesar da gravidade das lesões e o estado atual pela qual se encontra, esta recebeu administrativamente tão somente a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme extrato abaixo.

Desta feita, sem alternativa, já que o valor recebido administrativamente foi aquém ao devido, vem pleitear da seguradora promovida o PAGAMENTO COMPLEMENTAR da indenização do seguro por invalidez permanente, uma vez que esta empresa integra a FENASEG (Federação Nacional dos Seguros Privados e de Capitalização).

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso).



Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;

b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a promovente o valor complementar de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;



c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;

e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 27 de junho de 2017

Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: ROSANGELA DA SILVA RUFFO, brasileira, solteira, do lar, com CPF nº 011.038.194-70 e RG nº 2296.844, residente na Rua São Vicente 148, Miramar, João Pessoa/PB.

OUTORGADOS: Giullyana Flávia de Amorim, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 13529, portadora do CPF/nº 011197984/69 e/ou **Enéas Flávio Soares de Moraes Segundo**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14318, portador do CPF/nº 05631026406, com endereço profissional na Av. João Machado, 553, sala 127, Empresarial Plaza Center, Centro, João Pessoa/PB, onde recebe intimações, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

PODERES: A outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do NCPC, bem como os poderes da cláusula "ad judícia" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar quitação, receber, inclusive alvarás judiciais, perante qualquer instituição, inclusive financeiras, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

João Pessoa, 18 de janeiro de 2017.

X Rosângela da Silva Ruffo
Outorgante

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



MORAIS & AMORIM ADVOGADOS

DECLARAÇÃO DE POBREZA

ROSANGELA DA SILVA RUFFO, brasileira, solteira, do lar, com CPF nº 011.038.194-70 e RG nº 2296.844, declara, para os fins de obtenção de ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, e sob as penas da lei nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, que não possui condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

João Pessoa, 18 de janeiro de 2017

X Rosângela da Silva Ruffo

DECLARANTE

Av. João Machado, 553 – Sala 127 – Empresarial Plaza Center – Centro – João Pessoa – PB.
Praça Venâncio Neiva, 21 – Centro – Santa Rita – PB.
Telefones: (83) 3032-1329/ (83) 3229-1074.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: ROSANGELA DA SILVA RUFFO

Nº de Inscrição: 011038194-70

Data de Nascimento: 21/08/77



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: 2.296.814

DATA DE EXPEDIÇÃO: 29 JAN 1999

NOME: ROSANGELA DA SILVA RUFFO

CPF: 011038194-70

Localidade: João Pessoa - PB

DATA DE NASCIMENTO: 21.08.1977

Cert. Nascimento nº 127093, Fls. 217v, Liv. 1-12, Ar. Civil, João Pessoa - PB

Assinatura do Titular: [Assinatura]

LEI Nº 7.167 DE 28/03/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: ROSANGELA DA SILVA RUFFO

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 24/09/99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-007




ROSANGELA DA SILVA RUFFO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALDEONILIA BILVA
RUA SAO VICENTE, 148 - 1155-110
JOAO PESSOA/PB CEP: 58643-200 (AG - 1155-110)

Classificação: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Referência: 06/12/2016
Emissão: 06/12/2016
Nº medidor: 00008303216



ENERGISA PARAIBA, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Crla Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680
CNPJ 06.096.193/0001-40 - Insc. Est. 16.016.923-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.080.176
Código para Dúvidas Automáticas: 00002424414

Atendimento ao Cliente ENERGISA: 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referencial UC (Unidade Consumidora): 5/42481-4

Dez/2016
Apresentação
06/12/2016
Data prevista da próxima leitura
05/01/2017

CPF/CNPJ/RANI
Anterior Atual Constante Consumo Dias
2761878494
Data: 06/12/2016
Data: 06/12/2016
Data: 06/12/2016

Faturas em atraso
Demonstrativo
Consumo em kWh
ICMS
PIS
COFINS
CONTRIB SERV LUM PUBLICA

Histórico de Consumo (kWh)	
Nov/16	42
Out/16	59
Set/16	50
Ago/16	47
Jul/16	50
Jun/16	67
Ma/16	68
Abr/16	54
Mar/16	55
Fev/16	68
Jan/16	65
Dez/15	47

BASE DE CÁLCULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR RESULTANTE
ICMS	2,2500%	0,38
PIS	38,43%	1,0102
COFINS	38,43%	1,0102
TOTAL A PAGAR		R\$ 39,97

VENCIMENTO 13/12/2016

Reserva de Imposto de Renda AO FISCO
3728.a6cd.2ede.9c17.3085.86a5.3db5.f218.

Indicadores de Qualidade	
Limites da ANEEL	Apurado
DMC	5,07
DIC TRIMESTRAL	10,15
DIC ANUAL	20,30
FIC TRIMESTRAL	8,29
FIC ANUAL	12,22
DMC	12,22
DIC	12,22

Composição do valor total da sua conta	
Discriminação	Valor (R\$)
Serviços de Dist. de Energia em PB	10,13
Compra de Energia	11,85
Serviços de Transmissão	0,70
Encargos Sociais	3,88
Impostos Diretos e Encargos	13,31
Outros Serviços	0,00
Total	39,97

Valor do EUSO (Ref: 10/2016) R\$ 12,29





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monseñor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

Atendimento
Enfermeiro
Salvador

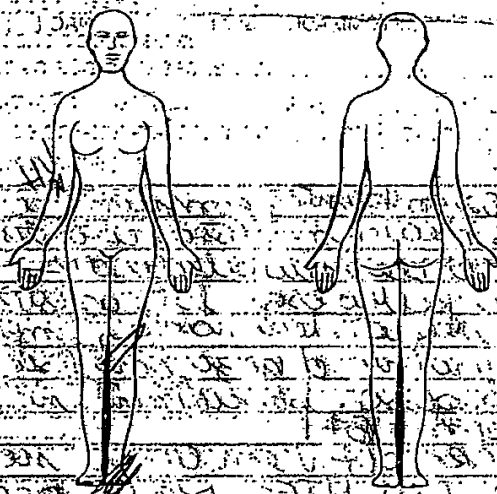
FICHA DE ADMISSÃO DE ENFERMAGEM E DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

NOME DO PACIENTE: Rosângela da Silva Ruffo
DATA DE NASCIMENTO: 21.08.1977 IDADE: 39
REGISTRO: 1138379
DATA DE ADMISSÃO: 17.10.2016 HORA: _____
ADMISSÃO DO PACIENTE: _____
CLÍNICA CIRÚRGICA RESPONSÁVEL: Ortopedia
HIDRATAÇÃO: SIM () NÃO () VIA: PERIFÉRICO () ACESSO CENTRAL ()
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: CONSCIENTE (x) ORIENTADO (x) VIGIL () AGITADO ()
INGONSCIENTE: ()
ESTADO GERAL: BOM (x) REGULAR () GRAVE ()
SISTEMA RESPIRATÓRIO: AR AMBIENTE () M.V. () ENTUBADO () TRAQUEOSTOMIZADO ()
ALÉRGICO: SIM () NÃO (x)
DIABÉTICO: SIM () NÃO (x)
DOENÇA RENAL: SIM () NÃO (x)
OUTRAS PATOLOGIAS: _____
MEDICAÇÕES EM USO: _____
CIRURGIAS ANTERIORES: _____
EXAMES COMPLEMENTARES: SIM () NÃO ()
OBSERVAÇÃO: _____

ÁREA DE TRICOTOMIA

ÁREA DE PUNÇÃO

OBS: MARCAR LOCALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, PUNÇÃO E TRICOTOMIA



INSTRUMENTADO _____
CIRCULANTE: Guilherme + Socorro
TIPO DE ANESTESIA: GERAL () RAQUÍ () PERIDURAL () B.P.B. () LOCAL (x)
OBS: _____
ANESTESISTA: _____
INÍCIO DE ANESTESIA: 08:35h
TÉRMINO DE ANESTESIA: _____
ANTIBIÓTICO ADMINISTRADO: 1 comp de Augmentin + 02 comp de
HORAS: 08:35h _____


ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU, É NOSSO.



NOME		GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		PRESCRIÇÃO	
REGISTRO		Secretaria de Estado da Saúde Pública		HOSPITAL MONSENHOR VALFREDO GURGEL	
DATA		D. NASCIMENTO		Pronto Socorro Clóvis Sáfio	
PRESCRIÇÃO		HORÁRIO / ASSINATURA		PRESCRIÇÃO MÉDICA	
1	Atorno Line				
2	500mg 1000 - 20 em prof	8h			
3	Keftin 1g em 6/6h	14			
4	Paraf 1000mg + 1000mg 500mg em 8/8h	16			
5	Dilpirona 2mg + 8mg em 6/6h	18			
6	Cuanto Arano	24			
7	5500 + CCG2	24			
8	Dr. Marina				
9	Dr. Marina				
10	Dr. Marina				
11	Dr. Marina				
12	Dr. Marina				
13	Dr. Marina				
14	Dr. Marina				
15	Dr. Marina				

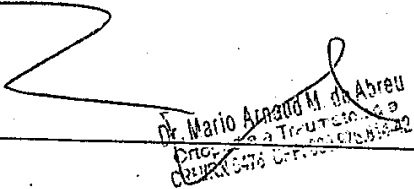
CONTROLE HÍDRICO

[illegible]

	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho	RECEITUÁRIO
	NOME <u>Logan Gêa De Silva Furtado</u>	

Exame médico

Paciente Adma Citaro
 Portadora de Fúnculo Mazon Nogueira,
 Bem ser transferida para
 CIDAR DE ORIGEM. Há alguma
 mudança, Realizado. Resbando
 + Trob/URSA de M.F.D.

DATA <u>12, 10, 16</u>	 Dr. Mario Augusto M. de Abreu Médico da Triagem CRP 00000000000000000000
ASSINATURA	

SE FOR DIRIGIR NÃO BEBA.
 FUMAR É PREJUDICIAL À SAÚDE.

RESPEITE O PEDESTRE.

PILOTE SEMPRE COM CAPACETES.
 COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, EVITE ÁGUA PARADA.

Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: ROSAIRES DA SILVA RUFFO Reg. N°

Diagnóstico pré-operatório: Franco Exposto De Ponto Externo

Indicação terapêutica:

Urgência () Eletiva ()

INTERVENÇÃO

Data:

Início:

Término:

Duração:

Operador: MARTO

1º Auxiliar: RODRIGO

2º Auxiliar:

Instrumentador:

Anestesista:

CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

Fratura com deslocamento SOB
Amorim, Assunção + Articul. Capra
Chave de Desvio De Ponto Externo
De Torção + Ponto Externo + Super
+ Ponto Externo

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas; agravos de causas externas, em especial o traú de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.

SÉCRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GÜRCEL



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL

PACIENTE ROSANGELA DA SILVA RUFFO
DATA DE ENTRADA 16/10/2016 **HORA** 20:59 **Nº BAA** 212401
IDADE 39 **SEXO** F **ETNIA** Pardo
CARTÃO SUS **ESTADO CIVIL** Casado(a)
CPF **RG**
NOME DA MÃE MARIA DAS MÊCEIS FELIX DA SILVA RUFFO
NOME DO PAI JOSE RUFFO FILHO
NASCIMENTO 21/08/1977 **NATURALIDADE**
TELEFONE (84) 8620-5477 **PROFISSÃO** Do Lar
RUA/AV. OLÍVIO TRAVACÓ DE MEDEIROS **Nº** 340
COMPLEMENTO
CEP **BAIRRO** MIRAMAR
ORIGEM Ambulância SAMU **CIDADE** Natal-RN
ACID. DE TRABALHO Não **MOTIVO** Acidente de Trânsito / Queda de moto
USUÁRIO Tinoco

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESAÇÃO (ALEGADA)

Queda de moto com trauma maior no MIE.
 Uma capote. Houve perda temporária de
 consciência. Após dois minutos, despertou e
 ficou acordado, mas com dor no pescoço e X

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A
 B
 C
 D
 E

OUTRAS OBSERVAÇÕES

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP	FREQ. RESPIRATORIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCORE FINAL

DIAGNÓSTICO INICIAL

CID

Copyright © 2012 Sistema Amazing | (84) 99613-4442



CERTIDÃO

Nº. 0335/2017

Atendendo solicitação de GIULLYANA FLAVIA DE AMORIM e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burty, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº 896953 pertencente à **ROSANGELA DA SILVA RUFFO** que foi atendido dia 18/10/2016 as 19H:58min vítima de queda de moto, apresentando dor em tornozelo esquerdo.

Submetida à avaliação médica e exame de imagem, que evidenciou fratura de tornozelo esquerdo. Realizado procedimento cirúrgico dia 01/11/16, imobilização, com alta médica dia 03/11/16.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 04 de abril de 2017

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA
R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28
DADOS DO PACIENTE
Nome: ROSANGELA DA SILVA RUFFO
CNS: 165452078660008 Sexo: F IDENTIDADE: 2296844
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 21/08/1977 Fone: 986661306
End.: RUA PROJETADA, Id: 39 ano(s)
Bairro: TIBIRI II Cidade: SANTA RITA UF: PB
Pai:
Mãe: MARIA DAS MERCES FELIX DA SILVA RUFFO

Ficha Nr: 896953 Atd: Nao Regula
Data: 18/10/2016
Hora: 19:58:34
Recepcionista: JOELMA IRIO AQUINO DE
Clínica: TRAUMATOLOGICA

Num. de vezes atendido: 1
Num. Prontuario: 2016.10.001815

Ocupação: DOMESTICA (DONA-DE-CASA)
INFORMACOES DE ENTRADA
Resp.: FILHA - LUANA
Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD
Previdencia: CASA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO
Vitima de acidente por: MOTO
Vitima de violência por: NAO
] Caso Policial

E-CONSULTA

Mo de Classificação de Risco:

FR:
TP:
Altura:
IMC:
Abd:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito
Observacao

Talyta Confessor
Tec. de Enfermagem
COREN: 771.333

Exat Principal

Exat com trauma em MID.

Exat - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Exat de acidente de motocicleta. Refere fratura
distal de tornozelo, há 18 horas. Feito primeiro
solicitação no Rio Grande do Norte.

Exat 1 Conduta

Exat do 1º 2º 3º

Exat 1 Horário da medicação

Exat: 18h 19h 20h 21h 22h 23h



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: ROSANGELA DA SILVA RUFFO			Registro:		
Idade: 39	Sexo: F	Cor:	Clínica:		EMP: LR:
Data: 05/11/16	Cirurgião: DR. OSMINDO	3º Assistente:		1º Assistente: DR. VLADIMIR	
2º Assistente: LEONARDO RA	Tipo Anestesia:		Instrumentador:		
Anestesista:			Horário:	I:	T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO					CID
FRATURA DE TORNOTO (E)					
(MÚLTIPLA MEDIAL)					
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO					CID
O MESMO					
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)					CÓDIGO
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE					
FRATURA DE TORNOTO					
Acidente durante Ato Cirúrgico			Descreva:		
1 () Sim					
2 (X) Não					
Biópsia de Congelação:					
1 () Sim					
2 (X) Não					
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:					
1 (X) Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico					

Rua Ar. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
CIRURGIA GERAL



PACIENTE ROSANGELA DA SILVA RUFFO
DATA DE ENTRADA 16/10/2016 **HORA** 20:59 **Nº BAA** 212401
IDADE 39 **SEXO** F **ETNIA** Pardo
CARTÃO SUS - **ESTADO** Casado(a)
CIVIL
CPF - **RG**
NOME DA MÃE MARIA DAS MECEIS FELIX DA SILVA RUFFO
NOME DO PAI JOSE RUFFO FILHO
NASCIMENTO 21/08/1977 **NATURALIDADE**
TELEFONE (84) 8620-5477 **PROFISSÃO** Do Lar
RUA/AV. OLÍVIO TRAVACO DE MEDEIROS **Nº** 340
COMPLEMENTO **BAIRRO** MIRAMAR
CEP **CIDADE** Natal-RN
ORIGEM Ambulância - SAMU **MOTIVO** Acidente de Trânsito / Queda de moto
ACID. DE TRABALHO Não **USUÁRIO** Tinoco

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALLEGADA)
 Queda de moto com trauma no membro superior direito. Lesão no membro superior direito, com fratura de rádio e ulna. Lesão no membro superior esquerdo, com fratura de rádio e ulna. Lesão no membro superior esquerdo, com fratura de rádio e ulna. Lesão no membro superior esquerdo, com fratura de rádio e ulna.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A
B
C
D
E

OUTRAS OBSERVAÇÕES

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATÓRIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCG FINAL

DIAGNÓSTICO INICIAL

CID

Copyright © 2013 Sistema Amazing | (84) 99613-4442





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83509997
Comunicação: C2059761
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1480558 - RENATO HENRIQUE DE ALMEIDA DE
Município/UF: CANGARUETAMA/RN
Data/Hora do Acidente (hora local): 16/10/2016 19:00 BR: 101 KM: 175,5
Tipo de Acidente: Queda de motocicleta / bicicleta /
Fase do dia: Amanhecer Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sentido da Via: Crescente
Sinalização existente: Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente
Condição meteorológica: Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não
Houve solicitação de perícia? Não
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não
Data e horário da solicitação:
Data e horário do

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Não edificada
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Regular Há desnível? Não É pavimentado? Sim Largura (m): 1,2
Possui defesa? Conservada Possui meio-fio? Não existe Possui sarjeta? Não existe
Existe canteiro central? Sim Estado de Conservação: Bom Largura (m): 0,5 Tipo de Inclinação: Elevação
Obstáculo ao Cruzamento: Muro Estado de Conservação do Obstáculo: Bom
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom Ocupação: Lavoura
Cerca: Conservada Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Ruim Tipo: Dupla Qtd. de Faixas: 04
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Rampe >= 3% Traçado: Reto Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7,2 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

Viaduto com dois buracos que comprometem a segurança viária. O mesmo foi responsável pelo acidente.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 05/05/2017 14:47:30
NÚMERO DE CONTROLE: 105c2f0f60d748dc

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 1





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83509997
Comunicação: C2059761
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

PROQUÍ:

Local Parcialmente Desfeito

BR-304
NR
01735

LEGENDA:

Automóvel	Trem
Veículo Trator	Conjugado
Pedestre	Objeto Fixo
Ponto B	Ponto A*
Ponto P	Ponto A
Ponto C	Antes da Colisão
Ônibus	Marca de Frenagem
Animal	Veículo Ausente
Capotagem	Reboque/Semi-reboque
Caminhão	Triângulo de Amarração
Tombamento	Veículo de 2 ou 3 rodas
Incêndio	Marcha à frente
Local da colisão	Patinação ou Desatrapagem
Marcha à ré	Depois da Colisão
Placa de Trânsito	

← Natal João Pessoa →

Latitude do Ponto C: Longitude do Ponto C:

Referência do Ponto A/A': Referência do Ponto B:

Distância AB (m): Distância AC (m): Distância BC (m):

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

Narrativa da Ocorrência:

De acordo com os vestígios colatados no local do acidente, bem como as marcas na via e no veículo, corroborado com a declaração do condutor, conclui-se que V1, motocicleta Honda XR150 Bros ES de placa QFD-0960, seguiu fluxo no sentido Natal - João Pessoa quando, repentinamente, colidiu com um buraco na pista de rolamento, o que ocasionou a perda do controle de direção, vindo o condutor e passageira a cair do veículo, sofrendo lesões.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 05/05/2017 14:47:30
NÚMERO DE CONTROLE: 105c2f0f50d748dc

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 2



Assinado eletronicamente por: GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM - 27/06/2017 10:49:47
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17062710483151900000008266745>
Número do documento: 17062710483151900000008266745

Num. 8442689 - Pág. 2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83509997
Comunicação: C2059761
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

PESSOAS ENVOLVIDAS

Tipo de Envolvido: ☐ Passageiro ☐ Veículo ☐ V1/DFD-0960 /
Nome/Apelido: ROSANGELA DA SILVA RUFFO Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino Data de: 21/08/1977
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe: MARIA DAS MERCERS DA SILVA RUFFO
Endereço: MAESTRO HEITOR VILLA LOBOS, 196
Município/UF: JOAO PESSOA/PB Naturalidade: _____ Nacionalidade: BRASIL CEP: _____
CPF: 011.038.194-70 Documento de Identificação: _____ Orgão Expedidor: _____
Estado Civil: ☐ Não Informado ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ Viúvo Grau de Instrução: ☐ Não Informado ☐ Fundamental ☐ Médio ☐ Superior
Ocupação Principal: _____
Estado Físico: ☐ Lesões Graves ☐ Lesões Leves ☐ Sem Lesões
Existe Declaração em Anexo? ☐ Não ☐ Sim
Transcrição da Declaração: _____

Pertences: _____

Informações Complementares: _____

ENCAMINHAMENTO DO ENVOLVIDO

Tipo de Receptor: SAMU Responsável pela Recepção: enfermeiro
Documento do Responsável: 0 Data/Hora da Recepção (hora local): 16/10/2016 19:40
Município/UF: CANGUARETAMA/RN Motivo: Socorro
Descrição do Encaminhamento: encaminhada ao hospital pela samu

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 05/05/2017 14:47:30
NÚMERO DE CONTROLE: 105c2f060d748dc

Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 4 de 6





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83509997
Comunicação: C2059761
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1/HONDANXR150 BROS ES

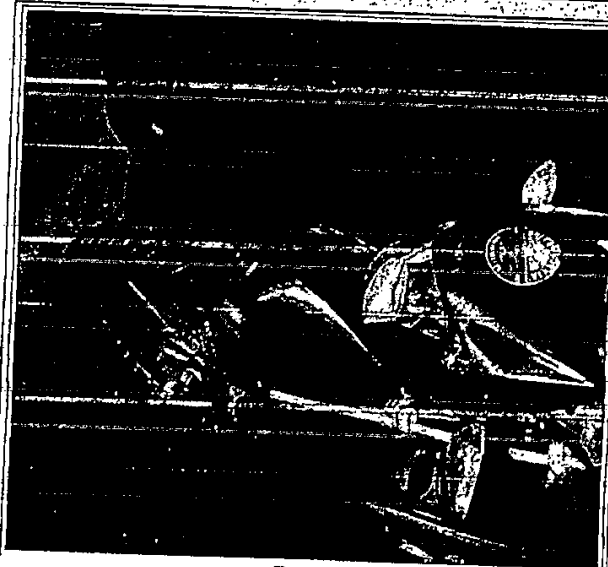
Nome do Agente/Assinatura: RENATO HENRIQUE DE ALMEIDA DE ARAUJO

Placa: QFD-0960

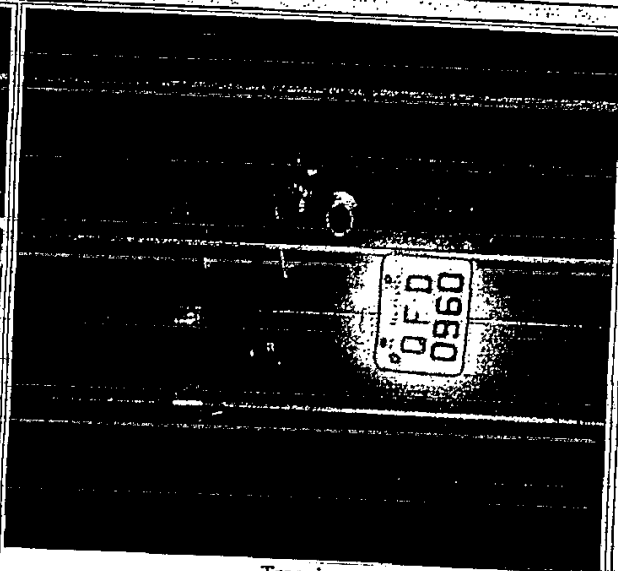
Registro/Matrícula do Agente: 1480558

Nº BOAT: 83509997

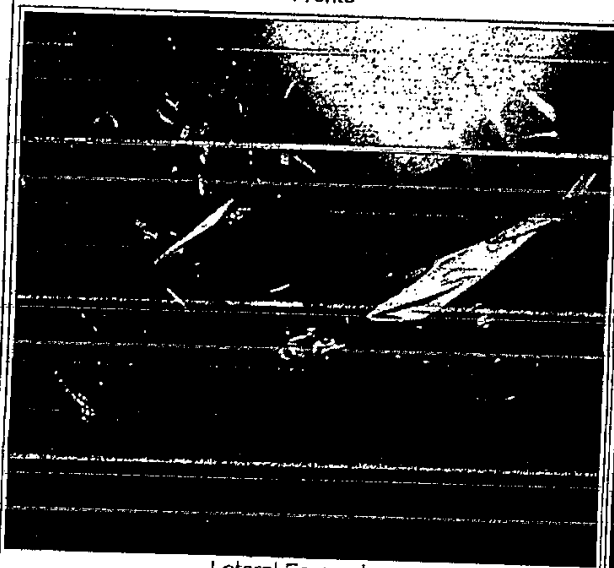
Data: 16/10/2016 19:00



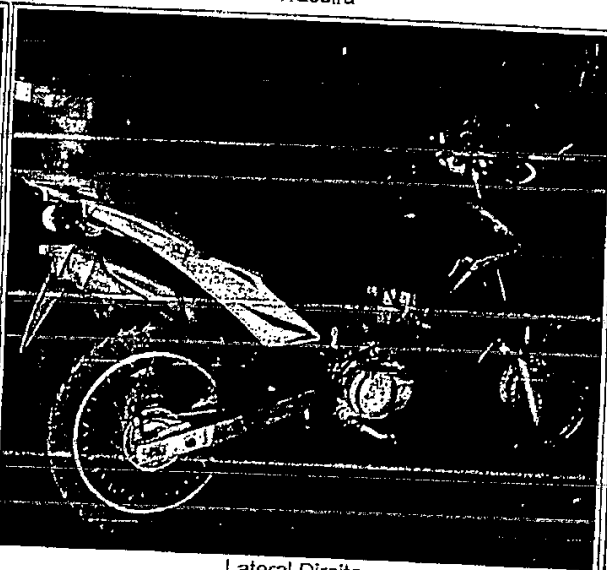
Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 05/05/2017 14:47:30

NÚMERO DE CONTROLE: 105c2f0f60d748dc

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 6





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83509997
Comunicação: C2059761
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM MOTOCICLETAS E ASSEMBLHADOS

Veículo: V1 / HONDA/NXR150 BROS ES	Placa: QFD-0960
Nome do Agente/Assinatura: RENATO HENRIQUE DE ALMEIDA DE ARAUJO	Nº BOAT: 83509997
Registro/Matrícula do Agente: 1480558	Data: 16/10/2016 19:00

Item	Descrição - Componentes Não Estruturais	Valor	Sim	Não	NA
1	Gulchão, suas fixações e comandos nele instalados.	2	X		
2	Sist. de freio dianteiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, cabos, acionamentos, pinças, tambor, disco, etc)	2		X	
3	Amortecedor(es) tras. (inclusive fixação no chassi).	2		X	
4	Motor e suas fixações.	2		X	
5	Eixo do garfo traseiro	2		X	
6	Roda traseira (aro, cubo, raios, flanges, coroa, etc.)	2		X	
7	Eixo da roda dianteira/traseira.	2	X		
8	Sist. de freio traseiro hidráulico ou mecânico (fixações, mangueiras, acionamentos, pinça, tambor, disco, pedal, etc)	2		X	
9	Pedais de apoio do condutor e passageiro	1		X	
10	Bagageiro traseiro deformado (se houver).	1		X	
11	Alça traseira	1		X	
12	Assento (fixação e firmeza)	1		X	
13	Tanque de combustível, tampa do tanque e mangueiras.	2		X	
14	Roda dianteira (aro, cubo, raios, flanges, etc.)	2	X		
Descrição - Componentes estruturais					
A	Coluna de direção e mesas sup./inf. (folga anormal, danos)	3		X	
B	Amortecedor(es) dianteiro(s)	3		X	
C	Chassis (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
D	Garfo traseiro (deformações, desalinhamentos, rompimentos, etc.)	3		X	
Soma dos pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" E "NA":				6	

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

☒ Dano de Pequena Monta: até 15 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenha sido danificado nenhum componente estrutural.

☐ Dano de Média Monta: acima de 15 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados nas colunas "SIM" e "NA", desde que não tenham sido danificados três ou mais componentes estruturais.

☐ Dano de Grande Monta: quando tiverem sido assinalados nas colunas "SIM" e "NA", três ou mais componentes estruturais, independente do somatório de pontos.

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente NÃO = Item não danificado ou Não Existente NA = Item que não foi possível definir o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 05/05/2017 14:47:30
NÚMERO DE CONTROLE: 105e2f0f50d748dc

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 5 de 6



Assinado eletronicamente por: GIULLYANA FLÁVIA DE AMORIM - 27/06/2017 10:49:47
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17062710483151900000008266745>
Número do documento: 17062710483151900000008266745

Num. 8442689 - Pág. 6

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista atual entendimento do Supremo Tribunal de Justiça, a demonstração da existência de prévio requerimento administrativo é necessário para a propositura da ação de cobrança de seguro DPVAT, Entendimento este seguido pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. - Em recente pronunciamento, o Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ação de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. (Apelação 00072798820158150011, Rel. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Data do Julgamento 20/01/2016).

Desta feita, intime-se a parte suplicante para que, no prazo de quinze dias, emende a exordial acostando documentos comprobatórios de prévio requerimento administrativo junto a parte demandada, sob pena de indeferimento da inicial.

Certifique-se ainda a Escrivania a existência de ação semelhante, envolvendo o autor, arquivada ou em tramitação.

JOÃO PESSOA, data eletrônica.

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0830682-29.2017.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	(7)
Assunto:	[ACIDENTE	DE	TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR: ROSANGELA	DA	SILVA RUFFO
Polo passivo:	RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A		

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao despacho ID 10028738 foi efetuada pesquisa se havia ação semelhante em nome da parte autora no sistema de controle de processos tanto físicos, quanto eletrônico, baixado ou em tramitação e não foi localizada nenhuma ação.

JOÃO PESSOA, 1 de dezembro de 2017
SILVANA DA NOBREGA TOMAZ TROMBETTA



DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista atual entendimento do Supremo Tribunal de Justiça, a demonstração da existência de prévio requerimento administrativo é necessário para a propositura da ação de cobrança de seguro DPVAT, Entendimento este seguido pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba.

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. - Em recente pronunciamento, o Tribunal Federal, revendo posicionamento até então unânime, passou a entender que, em ação de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. (Apelação 00072798820158150011, Rel. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Data do Julgamento 20/01/2016).

Desta feita, intime-se a parte suplicante para que, no prazo de quinze dias, emende a exordial acostando documentos comprobatórios de prévio requerimento administrativo junto a parte demandada, sob pena de indeferimento da inicial.

Certifique-se ainda a Escrivania a existência de ação semelhante, envolvendo o autor, arquivada ou em tramitação.

JOÃO PESSOA, data eletrônica.

DANIELA FALCÃO AZEVEDO

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE SANTA RITA/PB.

Processo nº 0830682-29.2017.8.15.2001

ROSANGELA DA SILVA RUFFO, já qualificada nos autos da ação, vem a presença de Vossa Excelência, através de seus advogados devidamente constituídos, **requerer a juntada de documento que comprova que a autora requereu administrativa junto a seguradora líder, pedido de indenização do seguro DPVAT.**

Nestes termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2018.



Giullyana Flávia de Amorim

Advogada OAB/PB nº 13529

Enéas Flávio S. de Moraes Segundo

Advogado OAB/PB nº 14318





Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

(/Pages ^ A
 /Acessibilidade.aspx)

(/Pages
 /Atalhos-de-
 Teclado.aspx)

Nova Consulta

DOCUMENTO DE INDENIZAÇÃO
Documentos Despesas Médicas (/Pages /Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)
Documentos Invalidez Permanente (/Pages /Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)
Documento Morte (/Pages /Documentacao-Morte.aspx)
Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170267946 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ROSANGELA DA SILVA RUFFO
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Fillal João Pessoa - PB
BENEFICIÁRIO ROSANGELA DA SILVA RUFFO
CPF/CNPJ: 01103819470

Posição em 06-02-2018 15:39:20

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento na conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/06/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages /Pague-Seguro.aspx)
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages /Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-

Histórico das correspondências enviadas

06/02/2018 14





Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0830682-29.2017.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	(7)
Assunto:	[ACIDENTE	DE	TRÂNSITO]
Polo ativo:	AUTOR: ROSANGELA	DA	SILVA RUFFO
Polo passivo:	RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A		

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi efetuado busca de processos no sistema PJE e, também no STI, não localizando nenhuma ação em nome das partes do presente processo, conforme determinado na decisão ID n. 10028738.

JOÃO PESSOA, 19 de abril de 2018
VILMA VALENTE ACIOLI CARTAXO





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
15ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0830682-29.2017.8.15.2001

AUTOR: ROSANGELA DA SILVA RUFFO

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

DESPACHO

Deixo de designar audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC, ante a natureza da demanda, que indica ser inviável o acordo entre as partes, pela experiência comum. Não se deve ocupar indevida e desnecessariamente a pauta de audiências, já repleta, com atos inócuos e que mais retardam o andamento do processo do que promovem a sua solução.

Defiro a gratuidade.

CITE-SE pela via postal, para apresentação de contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.

João Pessoa, 7 de maio de 2019.

Assinatura Digital

